

# Governo abraça projeto dos ambientalistas em MP

Reedição da Medida Provisória que altera o Código Florestal vai incorporar proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que mantém proteção da Amazônia e do Cerrado

O governo vai incorporar a proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), no dia 26, na reedição da medida provisória que muda o Código Florestal. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, defendeu a estratégia ontem em reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, confirmou que "a posição do governo está retratada no projeto do Conama".

A proposta do Conama mantém 80% de proteção para a Amazônia e 50% para o Cerrado nos Estados que integram a Amazônia Legal.

Sarney Filho explicou que a vantagem de se absorver o projeto do Conama é a vigência imediata das regras discutidas por meses com toda a sociedade e que garantem a conservação ambiental da região. O ministro quer que o projeto vá a plenário para evitar o surgimento de novas "armadilhas", como as contidas na proposta que a bancada ruralista tentou aprovar.

Nesse processo, o governo será ajudado pelo recesso branco no Legislativo, caracterizado pela suspensão das votações do fim de junho até a eleição municipal.

O ministro Sarney Filho diz que o governo "não topa negociar nada com os ruralistas", a não ser o zoneamento econômico-ecológico que já constava do projeto do Conama.

## Diferentes vocações

O zoneamento definirá quais as áreas têm vocação agrícola e ambiental em cada um dos Estados formadores da Amazônia. Enquanto esse estudo não ficar pronto, os proprietários de terras nessa região serão obrigados a manter 80% da fazenda como área ambientalmente protegida.

Os Estados de Roraima, Rondônia (*leia abaixo*), Amapá e Tocantins já realizaram o zonea-

mento, mas deverão adequá-los aos critérios nacionais a serem fixados pelo governo. "Nenhum Estado poderá mexer nas áreas de preservação e reserva legal sem autorização do MMA e do Conama", disse Sarney Filho.

## Fim da isenção

O governo vai aproveitar a reedição para acabar com a isenção de recomposição da reserva legal destruída até dezembro de 1999 em propriedades com no máximo 25 hectares, que constava do projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

O próprio presidente da bancada ruralista na Câmara, deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) defendia ontem para esses proprietários a exigência de comprar área no mesmo Estado equivalente à da reserva legal que deveria conservar em suas terras para compensar o que já destruiu. Lupion reclama que o projeto de Micheletto, aprovado na comissão mista e rejeitado por acordo de líderes na Câmara, "perdeu a guerra da imprensa".

A nova comissão será constituída para discutir a revisão do Código Florestal, após a reedição da MP. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, informou ontem que o desejo dos líderes da Câmara de ampliar para 28 o número de integrantes da comissão esbarra em uma resolução do Senado que prevê a participação de apenas sete senadores e sete deputados.

## Consenso da Casa

Mas para o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG), uma comissão mais ampla pode ser nomeada porque o "regimento não é maior do que o consenso da Casa".

Já para Sarney Filho, a nova comissão deverá "refletir o que é o Congresso, e de maneira nenhuma ser porta-voz dos interesses do segmento ruralista". Mas, até ontem, o relator e o presidente da nova comissão seriam os mesmos, respectivamente Micheletto e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O PMDB advertiu o relator, no entanto, que o partido não tem compromisso com a sua proposta e que a bancada irá apreciar todo o relatório antes de decidir o seu voto.



ALENTO: reedição da MP pode salvar Amazônia da devastação

## Mesmo assim, protestos vão continuar

As manifestações em protesto ao projeto de alteração do Código Florestal deverão ser mantidas em todo o País, mesmo com a decisão dos líderes dos partidos de anular a votação da comissão mista do Congresso, que reduzia a área ambiental protegida.

Segundo André Lima, assessor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), as entidades mobilizadas deverão

aproveitar para comemorar a vitória e defender que a proposta do Conama seja aprovada na íntegra. Apenas as marchas, que chegariam a Brasília na quarta-feira, 24, dia marcado para a votação do projeto, foram canceladas.

Em reunião de avaliação realizada entre ISA, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Conselho Nacional dos Seringueiros, Greenpeace, Amigos da Terra e WWF, entre outros, as entidades consideraram a vitória parcial, já que a proposta do Conama, amplamente negociada com a sociedade, será reavaliada, agora por nova comissão mista, com prazo de 30 a 60 dias para apresentar um novo projeto.